

ADMINISTRANDO A LITERATURA
POR MEIO DA HISTÓRIA:
FERDINAND DENIS, ALMEIDA GARRETT
E A LITERATURA BRASILEIRA*

Regina Zilberman

PUCRS

Man manage reality by their construction, and literary history provides the most familiar construction by which scholars manage literature.

I. Hassan(1)

Eles não foram os primeiros europeus a escreverem sobre os autores nascidos no Brasil. Antes, Bouterwek e Sismondi, desbravadores da historiografia da literatura ocidental, estudaram as obras de Cláudio Manuel da Costa, Antônio José e Silva Alvarenga(2). Porém, Ferdinand Denis e Almeida Garrett foram lidos pelos intelectuais brasileiros contemporâneos deles antes dos outros, o que lhes confere relativa primogenitura. Mais importante que o dado cronológico é, para o caso, o ideológico: as teses daqueles dois pesquisadores marcaram profundamente a geração romântica que os consumiu, razão pela qual eles vieram a desempenhar papel capital na determinação da natureza e destino de nossas Letras.

Portanto, aqueles críticos participaram do desenvolvimento da literatura brasileira de maneira prospectiva, ao ajudarem-na a definir seus rumos e a expressar suas necessidades. Porém, como eles se detêm especialmente no passado daquela produção, sua interferência tem igualmente caráter retrospectivo: o arranjo que propuseram passou a responder daí para frente, com modificações notáveis, é certo, pela história da literatura brasileira.

O livro de F. Denis foi publicado em 1826, após o autor ter percorrido o Brasil entre 1816 e 1819, em especial a Bahia, e editado, com a colaboração de H. Taunay, os seis volumes de uma enciclopédia

* Texto apresentado na reunião da SBPC, em São Paulo, em 1988.

que trata amplamente do país, descrevendo a vida natural e os costumes sociais. Em 1825, Denis redigiu uma história do Brasil e só no ano seguinte abordou a literatura da terra. O assunto, porém, não ocupa posição central na obra; em primeiro plano aparece a literatura portuguesa, a brasileira sendo examinada num apêndice colocado ao final(3).

A localização do ensaio chama a atenção, pois, até esse momento, as obras de Denis haviam se voltado quase que exclusivamente ao exame da região americana, procedimento que continua usando após a publicação dos resumos de 1826. No entanto, ao abordar a produção literária, ele coloca em primeiro lugar o material português, ao qual vincula o brasileiro. Por outro lado, a estruturação do estudo é desmentida pela (ou desmente a) análise das obras, quando o autor reivindica, mas também comprova, a maior autonomia da literatura oriunda da nação recentemente separada de Portugal.

O texto de Garrett data do mesmo ano e serviu de abertura à coletânea denominada *Parnaso lusitano ou Poemas dos autores portugueses antigos e modernos*, publicada em Paris. Essa introdução, originalmente "História abreviada da língua e poesia portuguesa", quando do lançamento da *Obra completa* de Almeida Garrett foi rebatizada de *Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa*. Nela, o autor não examina a produção dos artistas nascidos ou moradores no Brasil como evento independente; mas cita os nomes que, doravante, constituem a literatura do país. Deste modo, o método empregado não impediu a aceitação e adoção das idéias do poeta português pelos seus inúmeros seguidores brasileiros.

É pouco provável que um tenha tido acesso à obra do outro antes de escrever a sua. Todavia, as teses coincidem em vários aspectos, fato que sugere a posse, por parte deles, de uma perspectiva comum de análise. Essa advinha da apropriação dos padrões românticos, os mesmos provavelmente que a geração que os leu e admirou havia encampado, razão pela qual suas idéias frutificam logo no meio intelectual brasileiro.

Seus pontos em comum recaem basicamente em duas propostas principais. Uma é de ordem prospectiva, a outra, retrospectiva e decorre da análise dos autores dos séculos XVII e XVIII nascidos no Brasil. A primeira resume-se a um conselho: eles recomendam a máxima exploração das sugestões fornecidas pela natureza e a

história. Denis entusiasma-se perante a pujança da paisagem brasileira, adotando uma postura similar a dos viajantes e cronistas em visita ao território americano no começo da colonização. E reitera a importância de os escritores se deixarem contaminar por esse cenário, fato, aliás, que, segundo ele, já acontecera entre poetas de outros tempos:

O amor infeliz, o descobrimento dessa bela região, as conquistas dos Europeus, haviam já inspirado aos homens do Novo Mundo; sem o perceber, deixavam-se seduzir por um ambiente delicioso; poetas da natureza, haviam celebrado seus encantos; dominados por paixões nobres e ardentes, cantavam o seu poder(4).

Graças à entrega à sedução da Natureza, a produção local não se diluiu completamente em meio à literatura portuguesa; pois, de modo geral, "o vasto império do Brasil tomava ainda emprestados a Portugal alguns débeis raios de sua velha glória literária, para com eles se engalanar"(5). Por isso, Denis insiste em que compete aos literatos assumirem aquela proposta de modo integral, condição para se efetivar uma poética verdadeiramente nacional:

O Brasil, que sentiu a necessidade de adotar instituições diferentes das que lhe havia imposto a Europa, o Brasil experimenta já a necessidade de ir beber inspirações poéticas a uma fonte que verdadeiramente lhe pertença; e, na sua glória nascente, cedo nos dará as obras-primas desse primeiro entusiasmo que atesta a juventude de um povo.

.....
A América, estuante de juventude, deve ter pensamentos novos e enérgicos como ela mesma(6).

Essas observações partem de dois pressupostos, um de ordem genérica — em princípio, a literatura deve se alimentar dos motivos sugeridos pelo local onde aparece — outro dirigidos às áreas emergentes: a essas, compete mais do que nunca dar vazão a essa propriedade da literatura, pois se beneficiará artisticamente com tal realização. Ganhará sobretudo em autenticidade, ao extrair temas de matéria que "verdadeiramente lhe pertença"; e atingirá maior valor, ao evidenciar a originalidade de sua produção.

Cabe notar que o Autor atribui à América a qualidade da juventude. Esta só pode ser entendida em termos políticos, e não cronoló-

gicos; caso contrário, ela não diferenciaria da Europa. A novidade reconhecida por Denis é o aparecimento de um elenco de países em zonas onde esse modelo de organização inexistia, portanto, a conquista do estatuto de nação por determinados espaços geográficos. Essa mudança poderia ser percebida, se a identidade recentemente obtida pudesse se expressar, função imediatamente delegada à arte, em especial a literatura.

Denis reafirma logo a seguir seu crédito nessa afinidade entre espaço físico e produção cultural. Compreende-a primeiramente como fundamento do trabalho artístico, conforme ocorrera no trecho anterior; depois, transforma-a num evento político, pois da concretização daquela homologia depende a criação de uma poesia verdadeiramente livre:

Nessas belas paragens, tão favorecidas pela natureza, o pensamento deve alargar-se como o espetáculo que se lhe oferece; majestoso, graças às obras-primas do passado, tal pensamento deve permanecer independente, não procurando outro guia que a observação. Enfim, a América deve ser livre tanto na sua poesia como no seu governo(7).

Denis não duvida da independência política; mas deseja encontrar um equivalente para ela na literatura. O apelo à natureza parece o caminho mais lógico, porque aquela vem se apresentando como traço distintivo da América desde sua descoberta e o aparecimento dos livros dos primeiros viajantes e cronistas. Todavia, ao atribuir à natureza esse potencial, o crítico responde igualmente a um cânone da estética romântica, na época em fase de expansão. Deste modo, ao indicar o recurso à representação do cenário como alternativa aos escritores dos países novos, Denis parece exigir deles o cumprimento de uma missão patriótica, tão relevante quanto a dos líderes políticos que livraram a América do jugo colonial. Porém, a tarefa pode ser concretizada e agrada seus agentes, por facultar a eles submeter-se sem constrangimentos à poética em voga.

O crítico francês sugere ainda a incorporação dos eventos da história colonial; mas reitera a idéia de que os artistas precisam buscar inspiração na pujança da paisagem. Somente a presença dessa conferirá maturidade à poesia e possibilitará igualá-la à européia:

Se os poetas dessas regiões fitarem a natureza, se se penetrarem da grandeza que ela oferece, dentro de poucos anos serão iguais a nós, talvez nossos mestres(8).

Lida pelos brasileiros, essa profecia devia ser deveras estimulante: afinal, antecipava a desejada igualdade com os modelos em que os escritores se inspiravam. E prometia para breve essa façanha, isto é, atribuía aos coetâneos de Denis, aqueles que o leram em primeiro lugar, a realização desse ideal. Os românticos brasileiros, não apenas encampam esse projeto nas décadas de 30 e 40; na mesma ocasião, eles acreditam firmemente que o concretizavam.

Almeida Garrett não repete a trajetória do escritor francês. Não esteve no Brasil nem antes, nem depois de redigir seu bosquejo; e a elaboração desse foi motivada pelo desejo de divulgar a poesia portuguesa, dentro da qual encaixa a dos autores que nasceram ou escreveram por longo tempo na América. Garrett não admite uma separação entre os dois conjuntos, concebendo-os antes como unidade. Seguindo essa perspectiva, analisa a obra de Cláudio Manuel da Costa, considerado por ele um dos melhores poetas de Portugal(9).

Contudo, Garrett emprega o mesmo pressuposto de Denis, examinando os textos dos brasileiros desde o ponto de vista da representação de um certo espaço. Reconhecendo que, em seus dias, a literatura portuguesa se enriquece com a contribuição dos brasileiros, chama a atenção para o fato de que esses não vêm se debruçando como deveriam sobre as sugestões emanadas da natureza:

E agora começa a literatura portuguesa a avultar e enriquecer-se com as produções dos engenhos brasileiros. Certo é que as majestosas e novas cenas da natureza naquela vasta região deviam ter dado a seus poetas mais originalidade, mais diferentes imagens, expressões e estilo, do que neles aparece; a educação européia apagou-lhes o espírito nacional: parece que receiam de se mostrar americanos; e daí lhes vem uma afetação e impropriedade que dá quebra em suas melhores qualidades(10).

Reaparece em Garrett a recomendação formulada por Denis; mas o português, ao contrário do outro, não visitou o Brasil. Esse fato indica, de um lado, que sua visão da natureza brasileira resulta da leitura dos cronistas do período colonial; de outro, que, ao exigir

dos poetas maior atenção à natureza, a fim de conferir originalidade e autenticidade à poesia, ele responde à estética de seu tempo, elevada agora a padrão de julgamento. Por isso, para avaliar a produção poética, basta-lhe aplicar o cânone; o crítico não precisa ter a experiência direta dos motivos, tarefa que compete unicamente ao criador.

Eis por que Garrett sente-se habilitado a examinar a obra dos escritores brasileiros. Seu principal critério de julgamento não desmente o de Ferdinand Denis: a qualidade do texto depende de o artista ter aproveitado ou não as sugestões emanadas do cenário. Isto o leva a preferir, entre todos, *O Uruguai*, de Basílio da Gama, cuja virtude advém de ser esse "mais nacional (...) que nenhum de seus compatriotas brasileiros"(11). Esse fato assegura a superioridade de sua obra:

Os Brasileiros principalmente lhe devem a melhor coroa de sua poesia, que nele é verdadeiramente nacional, e legítima americana(12).

Esta afirmação evidencia o deslocamento em progresso no que diz respeito à avaliação da literatura brasileira: até então, Cláudio Manuel da Costa ocupava o lugar de maior poeta brasileiro, e mesmo Garrett reconhece a excelência de sua obra. Esse, porém, transfere para Basílio a classificação que os historiadores precedentes, como Bouterwek e Sismondi, atribuíram a Cláudio. E patenteia-se logo a razão da mudança: Basílio se mostra "verdadeiramente nacional", qualidade ausente no outro escritor arcádico.

Reaparece juízo similar quando da aferição da obra de Gonzaga. Garrett reconhece a beleza dos versos desse poeta e considera justa e merecida a popularidade de seu livro. Mas não deixa de repassar para os textos do arcade a exigência romântica que o tempo lhe impunha. Por isso, faz a seguinte análise de *Marília de Dirceu*:

Quisera eu que em vez de nos debuxar no Brasil cenas da Arcádia, quadros inteiramente europeus, pintasse os seus painéis com as cores do país onde os situou. Oh! E quanto não perdeu a poesia nesse fatal erro! Se essa amável, so essa ingênua Marília fosse, como a Virgínia de Saint-Pierre, sentar-se à sombra das palmeiras, e enquanto lhe revoavam em torno o cardeal soberbo com a púrpura dos reis, o sabiá terno e melodioso, — que saltasse pelos montes espessos a

cotia fugaz como a lebre da Europa, ou grave passeasse pela orla da ribeira o tatu escamoso, — ela se entretivesse em tecer para o seu amigo e seu cantor uma grinalda não de rosas, não de jasmims, porém de roxos martírios, das alvas flores dos vermelhos bagos do lustroso cafezeiro; que pintura, se a desenhara com sua natural graça o ingênuo pincel de Gonzaga(13)

Também Ferdinand Denis emprega esse critério para avaliar a produção literária. Esta é classificada e distribuída espacialmente, tomando-se como elemento de discriminação a procedência geográfica do autor; porém, é nas obras que o crítico deseja reconhecer a tematização das virtudes do local de nascimento daquele. Em outras palavras, deseja confirmar, ao nível da representação, as categorias empregadas para a organização do material. Essas, porém, passam ainda por outra transformação: elevam-se a instrumentos de avaliação, o mais importante sendo o que permite verificar se o autor realizou ou não uma arte autônoma.

Destaca, por exemplo, o *Caramuru*, de Santa Rita Durão, por essa epopéia tratar de um assunto que considera válido: a história colonial e a "natureza grandiosa"(14); mas reconhece que, apesar da introdução da *cor local*(15), conceito doravante freqüente na crítica romântica, o escritor deixou escapar a oportunidade de criar uma obra de valor artístico e original. Ainda assim, conclui a exposição sobre o texto renovando a noção de que ele carrega consigo uma propriedade de inegável importância — o fato de expressar algo da nacionalidade buscada de modo geral no patrimônio literário:

Julguei-me obrigado a analisar a obra de Durão, porque reveste caráter nacional, apesar de suas imperfeições, e assinala claramente o objetivo a que deve dirigir-se a poesia americana(16).

O Uruguai, de Basílio da Gama, não provoca nele o mesmo entusiasmo traduzido por Garrett; mas Denis cita o poema, porque este apresenta a perspectiva americanista julgada condição primeira para a inserção da obra na história literária. Assim, observa ali "hábil descrição do Novo Mundo, onde vastas planícies se distendem, onde a natureza é tão regular na produtividade e opulenta nas provi-

sões, cobrindo de pastagens o espaço que não reserva às florestas”(17).

Os outros arcádicos, Cláudio e Gonzaga, não despertam a mesma simpatia, embora Denis não deixe de ressaltar a qualidade poética de seus versos. O primeiro é, para ele, “um dos mais notáveis escritores que existiram no Brasil”(18); o segundo apresenta “ingenuidade”, “graça de expressão” e “encanto”(19). Porém, a poesia de ambos comporta características que desagradam: Cláudio, estudante dos italianos, acabou se tornando “demasiado europeu nas suas metáforas”(20), enquanto que Gonzaga abusou do emprego da mitologia:

Deve-se exprobar em Gonzaga o reiterado emprego de metáforas sugeridas pela mitologia, e de formas da poesia pastoral difundidas por Fontenelle: tudo isso pouco convém ao poeta brasileiro, habitante de regiões onde a natureza mais ostenta esplendor e majestade(21).

Ao final da análise, Denis resgata a poesia de Gonzaga, reconhecendo nela um tipo de nacionalidade, a que resulta do respeito à inegável popularidade desse escritor. Suas palavras são, porém, as de quem faz uma concessão ao artista:

Seja como for, Gonzaga é um poeta nacional; reproduzidos por toda a parte, seus cantos enchem de vida as solidões mais remotas do Brasil(22).

Ser ou não nacional: eis o critério principal de Denis, seu instrumento para organizar o fluxo das obras, estabelecer os recortes no tempo e atribuir validade aos textos. Se o nacional não transparece enquanto temática — exigência primeira do crítico —, pode ser compensado por outros elementos, um deles sendo a circulação, que representa a acolhida de que é objeto e a identificação que propicia. Porém, não pode estar ausente; nem ser substituído por valores diferentes ou estranhos, como os estilísticos.

Critérios desse tipo, em tese, não bastam para garantir a legitimidade artística de uma criação. Mas pode acontecer a necessidade de se registrar, de alguma maneira, o valor de uma obra; nesse caso, cabe comprová-lo por outras vias. Este é o processo que recupera Gonzaga para a história literária: seus poemas supostamente são bons,

porque muita gente os lê e aprecia; logo, devem conter um resíduo nacional, sugerido por sua difusão. No raciocínio de Denis, subjaz uma postura estética, encoberta, porém, por uma justificativa que garante a coerência entre os princípios teóricos e os juízos emitidos.

Explica-se por que o crítico emprega o nacional como critério principal: ele espera que a literatura seja tão independente quanto a nação, recentemente liberada de Portugal. Seus apelos se repetem ao longo da exposição, imiscuindo-se na análise das obras, como o que se segue, formulado quando da leitura de *Caramuru*:

Os americanos não têm feito sempre sentir em suas produções o influxo da natureza que os inspirou; antes da Independência, parecia até pretenderem olvidar a própria pátria para pedir à Europa um quinhão da sua glória. Agora, que têm necessidade de fundar sua literatura, repito: ela deve ter caráter original(23).

Porém, o mesmo pressuposto que permite interpretar os textos e pesar a produção do passado coloca-o perante alguns impasses, como os sugeridos pela última citação. De um lado, ele faculta o arranjo não apenas cronológico, mas também artístico, do material; portanto, ajuda a realizar o ideal da história literária, que organiza uma certa coleção de obras desde uma dupla perspectiva, a temporal, que a alinha e distribui segundo um padrão sucessivo de datas e épocas, e a estética, que destaca os melhores valores dentro de cada um dos recortes resultantes da divisão anterior.

De outro lado, porém, ele não se apresenta com a desejada assiduidade na literatura brasileira; e esse fato é simultaneamente negativo e positivo. Negativo, por deixar o crítico sem poder empregar com rigor seu principal instrumento de trabalho; positivo, por lhe ajudar a estabelecer a coincidência entre o nascimento de uma nação e o de uma literatura. Mas essa dualidade é igualmente problemática, pois obriga o historiador a abandonar sua postura de administrador do passado e adotar a de formulador de prognósticos.

No texto citado, Denis vai ainda mais longe: ele se torna doutrinário, exigindo dos artistas o cumprimento dessa tarefa — a de fundarem uma literatura, através de criações originais. O reconhecimento dessa necessidade repercute sobre a avaliação das obras do passado, pois as descredencia em conjunto. Denis acaba indiretamente confes-

sando que, no fundo, mesmo os poemas mais nacionais não são suficientemente nacionais, e tudo está por ser feito. Esta conclusão fica fortalecida ao final de seu texto, quando verifica a pequena circulação da literatura na sociedade e a ausência de canais de difusão artística, tais como revistas e jornais. Também por esse lado há muito por realizar, e o crítico francês outra vez precisa formular recomendações a seus leitores, neste caso a tomada de várias iniciativas de ordem cultural.

Denis lida com um conceito de nacional para o qual convergem algumas idéias básicas:

— o nacional coincide com o espaço vivido e representado pelo artista; este, portanto, age com espontaneidade, quando se inspira na sua experiência e contorno imediato;

— confundido com o espaço circundante, o nacional se define de modo mais claro, quando é a natureza que o expressa e simboliza; o artista não pode, portanto, buscar inspiração em qualquer lugar, e sim num setor limitado e específico do ambiente que o envolve — a paisagem, — para acentuar a autenticidade de seu produto;

— esse mundo representado não é, por seu turno, indeterminado; a natureza representada faz parte de um espaço definido politicamente, caracterizado por sua unidade geográfica, regime, costumes, língua, história, população. O nacional, nesse caso, constitui a qualidade emanada da organização física e mental de um país e que o particulariza perante os outros; todavia, é o cenário que traduz melhor a singularidade, de modo que sempre é preferível voltar a ele. Quando esse retorno se concretiza, ele assume caráter metonímico; e é como tal que se transfere para as obras de arte, transmitindo-lhe a propriedade de diferenciar a literatura de uma região perante as demais.

Não há, pois, como trilhar outro caminho: para se obter a ambicionada originalidade, cabe fazer uso apropriado das virtudes nacionais; assim alcançar-se-á também a espontaneidade, porque o artista expressa seu mundo sem a mediação das influências externas. A receita parece boa, porque, da sua parte, exige do artista apenas que siga sua inclinação; em contrapartida, garante um produto autêntico e inibe a cópia, preenchendo de uma só vez todas as expectativas da poética romântica.

O raciocínio tem a virtude de poder ser validado pelo caminho inverso: a originalidade possibilita e comprova o nacional, pois, no empenho de não reproduzir o conhecido, o artista só pode extrair matéria para sua criação da experiência imediata, a única que é apenas sua e intransferível; ao fazê-lo, manifesta as propriedades de sua pátria, diferente das demais. Literatura e nacionalidade coincidem inteiramente, e uma atesta a existência da outra. Eis por que a primeira, após os historiadores do Romantismo, deixou de ser um substantivo desacompanhado, definindo-se desde então pelo gentílico que esclarece suas origens políticas.

A lógica da proposta não impede o reconhecimento de que Denis, ao empregá-la, responde ao cânone romântico de seu tempo, transformador da historiografia em área principal dos estudos literários. Para ele, os vínculos entre nacionalidade e literatura não apresentavam problemas, adequados para examinar a produção brasileira. Problemática era essa, que não se dobrava tão facilmente aos apelos do historiador e obrigava-o a mudar o traje, abrindo mão dos que o qualificavam como tal, para adotar outros, que o convertiam em exigente profeta.

Garrett, da sua parte, experimenta problemas que começam com seus pressupostos teóricos. Pois, como talvez as citações já sugerissem, nacional mostra-se um conceito ambivalente em seu texto. O *Bosquejo* assume de modo inquestionável a unidade entre a produção portuguesa e a brasileira, o autor não se mostrando particularmente interessado em discutir as possíveis diferenças, a dependência da segunda à primeira ou o fato, tão caro aos escritores do lado de cá, de que, concretizada a independência, automaticamente se separavam as literaturas.

Garrett não toma conhecimento do fato político, embora, em seu ensaio, reiteradas vezes relacione a progressão das letras portuguesas aos eventos das diversas épocas estudadas. Para ele, os escritores nascidos no Brasil pertencem à literatura de Portugal, que se enriquece com a produção daqueles engenhos. Porém, julga a obra de Basílio desde o critério da nacionalidade e faz recomendações retrospectivas a Gonzaga com base naquele juízo.

Assim, o nacional não é ainda um critério político para Garrett, mesmo porque a literatura portuguesa do século XVIII se empobreceria bastante sem a contribuição de Cláudio Manuel da Costa. Mas

se apresenta na posição de parâmetro estético, em sentido similar ao empregado por Denis. A superioridade de Basílio decorre de sua poesia ser "verdadeiramente nacional" e "legítima americana", adjetivos suficientemente enfáticos, para evidenciar que revelar-se representativo de um certo local geográfico é condição de qualidade, legitimidade e autenticidade artística, portanto, de obtenção daquela originalidade que tanto preocupava o crítico francês.

A ambigüidade com que Garrett empregou o termo nacional garantiu sua repercussão entre os românticos brasileiros. Estes podiam ignorar a absorção das obras escritas por brasileiros pela literatura portuguesa, porque, quando aquelas são examinadas, Garrett usa a única medida aceita como válida: a associação entre nacionalidade e originalidade. Ele endossa o programa dos românticos e a tarefa que assumiam, a de fundar nossa literatura e realizar o ideal formulado por Denis.

O nascimento da estética romântica brasileira faz-se, pois, sob o signo do nacional. Este respondia a necessidade de legitimar o fato político através da literatura, que, doravante, apresenta-se na situação de testemunho da singularidade da identidade brasileira. E facultava a realização de um dos principais cânones da estética romântica em geral, alinhando os nossos artistas a seus mestres inspiradores de além mar.

Porém, em nenhuma circunstância os motivos sobem à tona: nem se mencionam as razões políticas — que colocam a literatura na posição de avalista da independência —, nem as estéticas que denunciam a submissão dos artistas aos cânones trazidos do exterior. A história literária responsabiliza-se pelo encobrimento, pois compete-lhe narrar a lenta conquista da autonomia e da originalidade, não como resultado de um projeto específico da sociedade, mas na condição de meta a que a arte necessariamente se dirige, quando quer evidenciar seu valor. Nesse sentido, a história literária torna verossímil o processo atual; mas, ao fazê-lo, não cita o contemporâneo, e sim suas origens, conferindo materialidade ao percurso que aproxima aquele início e este presente.

Eis porque as obras de Garrett e Denis tiveram grande penetração entre os intelectuais românticos brasileiros: elas ofereciam a arquitetura que lhes permitia entender seu lugar no tempo e na sociedade, bem como a dimensão de sua tarefa, enquanto simultaneamente culmi-

nância e início de um processo: o de dar continuidade à literatura brasileira, conferindo-lhe, porém, a autenticidade até então ausente.

O nacional converteu-se o elemento predileto da literatura e historiografia brasileiras: fornecia um tema para a primeira e um parâmetro estético para a segunda. E impedia que uma contradissesse a outra, conferindo homogeneidade ao discurso e hegemonia a quem o concretizava, no caso, os próprios românticos.

Por essa razão, o tópico se enraiza na tradição das letras brasileiras, assumindo, contudo, uma configuração cada vez mais abrangente. Gonçalves de Magalhães, por exemplo, amplia o sentido da equação: não considera que caiba à literatura traduzir características nacionais, e sim concebe-a como a expressão mais credenciada da nacionalidade(24). Seu companheiro de geração, Joaquim Norberto de Sousa Silva, atribui à geração de Niterói e, em especial, a Magalhães, a conquista da autonomia da literatura brasileira perante as influências a que, até aí, ela se submetera(25). Santiago Nunes Ribeiro afirma, na década de 40, que a literatura brasileira é radicalmente diferente da portuguesa, embora escrita na mesma língua(26). E Pereira da Silva(27), nas pegadas de Januário da Cunha Barbosa(28), reúne um elenco de poetas numa antologia com a finalidade de difundir um patrimônio histórico de cuja existência ninguém duvida, isso antes de os melhores românticos, como Gonçalves Dias, começarem a publicar seus textos.

Antes de contar com uma produção confiável, a literatura brasileira já dispunha de uma história. Porque essa servia para atestar que alguma consistência material existia, apesar da indigência do produto. A história literária era, ela mesma, a prova cabal de que havia um passado, cabia prosseguir-lo e aperfeiçoá-lo. A formulação assemelha esse modelo de história literária à estrutura do mito, mas a proximidade não é fortuita: aquele tem função mítica, e foi enquanto tal que se mostrou altamente estimulador para os artistas românticos. Seus equívocos, contradições e ausência de informações foram, para o caso, irrelevantes, pois teve um papel quase terapêutico. Eis por que proliferou; eis por que também se mantém atual, já que continua esclarecendo a natureza da literatura brasileira em seus inícios e os problemas de que ela ainda não se libertou.

- 1 - Hassan, Ihab. *The Dismemberment of Orpheus. Towards a Postmodern Literature*. 2. ed. Madison, The University of Wisconsin Press, 1986. p. 03.
- 2 - Cf. Cesar, Guilhermino. *Bouterwek*. Porto Alegre, Lima, 1968. E Cesar, Guilhermino. *Sismondi e a literatura brasileira*. Porto Alegre, Lima, 1968. Ambos os estudos foram republicados em: Cesar, Guilhermino (Org.). *Historiadores e críticos do Romantismo*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos; São Paulo, EDUSP, 1978.
- 3 - Cf. Denis, Ferdinand. *Resumo da história literária do Brasil*. Trad. e notas de Guilhermino Cesar. Porto Alegre, Lima, 1968. Republicado em: Cesar, Guilhermino (Org.). *Historiadores e críticos do Romantismo*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos; São Paulo, EDUSP, 1978. As citações serão retiradas da edição indicada em primeiro lugar, atualizada a acentuação gráfica.
- 4 - Denis, op. cit. p. 30.
- 5 - Denis, op. cit. p. 29.
- 6 - Denis, op. cit. p. 30.
- 7 - Denis, op. cit. p. 30-1.
- 8 - Denis, op. cit. p. 32-3.
- 9 - Garrett, Almeida. *Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa*. In: *Obra completa*. V. 2. Lisboa, Empresa da História de Portugal, 1904, p. 356. As citações serão retiradas dessa edição, atualizada a ortografia.
- 10 - Id. *ibid.*
- 11 - Id. *ibid.* p. 357.
- 12 - Id. *ibid.*
- 13 - Id. *ibid.*
- 14 - Denis, F. op. cit. p. 49.
- 15 - Id. *ibid.* p. 50.
- 16 - Id. *ibid.* p. 62.
- 17 - Id. *ibid.* p. 65.
- 18 - Id. *ibid.* p. 82.
- 19 - Id. *ibid.* p. 78.
- 20 - Id. *ibid.* p. 82.
- 21 - Id. *ibid.* p. 78-9.
- 22 - Id. *ibid.* p. 79.
- 23 - Id. *ibid.* p. 50.
- 24 - Magalhães, Gonçalves de. *Discurso sobre a história da literatura do Brasil*. In: *Opúsculos históricos e literários*. 2. ed. Rio de Janeiro, Garnier, 1865.
- 25 - Silva, Joaquim Norberto de Sousa. *Bosquejo da história da poesia brasileira. Modulações poéticas*. Rio de Janeiro, Francesa, 1841. E Adet, Emilio e Silva, Joaquim Norberto de Sousa. *Mosaico poético*. Poesias brasileiras antigas e modernas, raras e inéditas acompanhadas de notas, notícias biográficas e críticas, e de uma introdução sobre a literatura nacional. Rio de Janeiro, s.e., 1844.
- 26 - Ribeiro, Santiago Nunes. *Da nacionalidade da literatura brasileira. Minerva Brasileira*. Rio de Janeiro, I(1):7-23. 1 de novembro de 1843. Rio de Janeiro, I(4):111-5. 15 de dezembro de 1843.
- 27 - Silva, J. M. Pereira da. *Introdução*. In: Silva, J. M. Pereira da. *Parnaso Brasileiro* ou Seleção de poemas dos melhores poetas brasileiros. Tomo I. Rio de Janeiro, Laemmert, 1843.

28 - Barbosa, Januário da Cunha. *Ao público. Parnaso brasileiro* ou Coleção das melhores poesias dos poetas do Brasil, tanto inéditas como já impressas. Rio de Janeiro, Tipografia Imperial e Nacional, 1829.